



# M U N I C Í P I O D E G Ó I S

## ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CATORZE DE DEZEMBRO DE 2010

-----No dia catorze de Dezembro do ano de dois mil e dez, no Auditório da Biblioteca Municipal de Góis “António Francisco Barata”, realizou-se a reunião ordinária do Município de Góis, sob a Presidência da senhora Dra. Maria de Lurdes Oliveira Castanheira, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Dr. Mário Barata Garcia, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior do Município, Liliana Maria Rosa Pinto. -----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas dez horas, solicitando a introdução dos seguintes pontos:-----

**2.11 – DIAS&NOGUEIRA MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA/INFORMAÇÃO-----**

**2.12 – AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO/PRÉ-ESCOLAR DE GÓIS----**

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade introduzir os citados pontos na ordem de trabalhos.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente deu início à ordem de trabalhos:-----

**1 – FALTAS E ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----**

**1.1 – FALTAS; -----**

**1.2 – ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR-----**

**2 – ASSUNTOS DIVERSOS: -----**

**2.1 - EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA S.A/INFORMAÇÃO-----**

**2.2 - LIGA DOS AMIGOS DE ALDEIA VELHA E CASAIS/ÓRGÃOS SOCIAIS  
2010/2011-----**

**2.3 – ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS MUNICIPAIS/PROPOSTA  
DE REUNIÃO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL-----**



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

- 2.4 – COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DO GÉNERO/PRÉMIO IGUALDADE É QUALIDADE - 9ª EDIÇÃO (2010)-----
- 2.5 – ÁGUAS DO MONDEGO/PARCERIA PARA EXPLORAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MONDEGO & LIS – REFORMULAÇÃO DAS CANDIDATURAS-----
- 2.6 – RECUPERAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURAS DA ALDEIA DO LOURAL – INFRAESTRUTURA/CONCURSO PÚBLICO URGENTE-----
- 2.7 – CENTRO DE REFERÊNCIA DA MEMÓRIA GOIENSE/CONCURSO PÚBLICO URGENTE -----
- 2.8 – TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA/AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE PRETENSÃO COM ACTOS ADMINISTRATIVOS---
- 2.9 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GÓIS E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DO CEIRA-----
- 2.10 – ADIBER/ PROJECTO DE COOPERAÇÃO “COOPERAR EM PORTUGUÊS”-----
- ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:-----
- 2.11 – DIAS&NOGUEIRA MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA/INFORMAÇÃO-----
- 2.12 – AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO/PRÉ-ESCOLAR DE GÓIS----
- 3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES:-----
- 3.1 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----
- 3.2 – PAGAMENTOS-----
- 3.3 – REQUISIÇÕES-----
- 3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES-----
- 3.5 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL-----
- 3.6 - DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----
- 3.7 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO)-----
- 3.8 - MAPA DE PESSOAL/ANO 2011-----
- 3.9 - ORÇAMENTAÇÃO DAS DEPESAS COM PESSOAL/ANO DE 2011-----
- 1 – FALTAS E ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR: -----
- 1.1 – FALTAS – Não houve.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

**1.2 – ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** – De acordo com o determinado pela Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos números um e dois do seu artigo nonagésimo segundo, a Câmara deliberou por unanimidade, e após leitura, aprovar a acta da reunião realizada no dia vinte e três de Novembro do ano de dois mil e dez, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

### **2 – ASSUNTOS DIVERSOS:** -----

**2.1 - EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA S.A/INFORMAÇÃO** - De acordo com o ofício da EDP Distribuição – Energia S.A., datado de 22.10.2010, a senhora Presidente informou que esta empresa pretende ser reconhecida pela sua capacidade de melhorar, continuamente, a qualidade de serviço procurando a resolução dos problemas dos clientes, e pela aposta na inovação e no desenvolvimento de novas redes inteligentes para responder aos desafios que decorrerem da procura de eficiência no consumo, da geração distribuída e da mobilidade eléctrica.-----

-----Nesse sentido, a EDP Distribuição – Energia S.A, informa que as principais realizações com impacto no Município de Góis durante o ano transacto corresponderam a custos que totalizam 466.100 € (quatrocentos e sessenta e seis mil e cem euros), estando incluídos nestes custos, investimentos em novas ligações e em melhoria da qualidade de serviço na rede de baixa tensão e nas redes de média e alta tensão a montante e, também, os de manutenção das mesmas.-----

-----Informou ainda, que a EDP tem dado especial atenção à iluminação pública, tendo implementado um novo modelo de contratação da actividade de manutenção junto de prestadores de serviços externos, com o que se espera alcançar significativos ganhos de eficiência e qualidade e, futuramente serão adoptados novos equipamentos que respondam de forma mais satisfatória às aspirações dos Municípios. Mais informou, que estão ainda a ser avaliadas novas tecnologias de iluminação que se revelem mais economizadoras, através da realização de um conjunto de projectos-piloto, destinados a avaliar os seus



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

benefícios técnicos e económicos.-----

-----Prosseguiu, dando conhecimento que no ano de 2009, a facturação pública do Município de Góis, no valor de 159. 329, 38 euros, correspondeu a 79% do valor da renda de concessão, e a facturação de outros consumos do Município teve o valor de 151.339,09 euros. A renda de concessão, a pagar pela EDP – Distribuição ao Município, depende da variação do consumo de energia eléctrica em baixa tensão verificado nos últimos anos, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº230/2008 de 27 de Novembro. Essa renda é, em 2010, de 200.187,56 euros.-----

-----Por último, a senhora Presidente expressou publicamente o seu agradecimento à EDP pela forma profissional e célere com que tem respondido a todas as solicitações do Município de Góis, bem como pela preocupação em informar dos trabalhos de índole pública realizados durante o ano de 2010 no concelho de Góis.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia fez alusão aos gastos do Município no que concerne à rede de iluminação pública patentes no presente documento, sendo sua opinião que no futuro deverá a Câmara Municipal ser mais criteriosa no processo de implantação desta.-----

-----A senhora Presidente informou que a todo o tempo, o Município pode solicitar à EDP um levantamento de toda a rede de iluminação pública concelhia, a fim de serem avaliadas novas tecnologias de iluminação que se revelem mais económicas, podendo até ser implementado um Projecto Piloto nos Edifícios Públicos no âmbito da eficiência energética.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou ser do seu conhecimento a existência na Câmara Municipal de algum trabalho realizado nesse sentido.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.2 - LIGA DOS AMIGOS DE ALDEIA VELHA E CASAIS/ÓRGÃOS SOCIAIS**

**2010/2011** – Foi presente o ofício da Liga dos Amigos de Aldeia Velha e Casais, datado do dia 15.11.2010, dando conhecimento dos Órgãos Sociais para o ano



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

de 2010/2011.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e felicitou os novos Órgãos Sociais da Liga dos Amigos de Aldeia Velha e Casais, fazendo votos para que tenham sucesso nas actividades que pretendem levar a efeito durante o seu Mandato.-----

### **2.3 - ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS MUNICIPAIS/PROPOSTA DE REUNIÃO DE APERFEIÇOAMENTO**

**PROFISSIONAL** - Foi presente o ofício da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), datada do dia 06.12.10, propondo a realização de uma Reunião de Aperfeiçoamento Profissional (RAP) no Município de Góis.-----

-----A senhora Presidente informou que as RAP's são reuniões de aperfeiçoamento profissional, direccionadas aos associados da ATAM, em parceria com os Municípios interessados, tratando-se de uma acção formativa de elevada qualidade tendo em atenção as novidades legislativas, no sentido de formar, informar e valorizar os trabalhadores da administração pública local através destes encontros anuais, por todo o País. Neste sentido, informou que é interesse da ATAM realizar no Município de Góis no dia 06.07.11, data do seu 32º Aniversário, uma reunião profissional destinada aos associados dos distritos de Aveiro e Coimbra.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.4 - COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DO GÉNERO/PRÉMIO IGUALDADE É QUALIDADE - 9ª EDIÇÃO (2010)**

- Foi presente o ofício da Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (CIG), datado do dia 22.11.2010, relativo ao Prémio Igualdade é Qualidade 2010.-----

-----A senhora Presidente informou que o Prémio Igualdade é Qualidade é uma distinção de prestígio que tem como objectivo estratégico a discriminação e promover a igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional, bem como a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.-----

-----Mais informou que a 9ª edição contou com a participação do Município de



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Góis que se formalizou com a apresentação de uma candidatura, tendo a Comissão de Avaliação, cumpridas as formalidades previstas no regulamento do referido prémio deliberado a não atribuição ao Município de Góis. Informou ainda, que na apreciação feita ao Município de Góis, a Comissão de Avaliação salientou a existência de algumas boas práticas, sobretudo pelo facto de facilitar as necessidades de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, designadamente em termos da flexibilidade e ajustamento de horários de trabalho, de apoiar financeiramente a Associação de Trabalhadores para disponibilização de diversos benefícios sociais (entre outros, a cobertura de despesas médicas e escolares); de promover debates e outras iniciativas sobre igualdade de género, num passado recente, embora direccionados para munícipes no seu conjunto e não prioritariamente para trabalhadores/as da Câmara e permitir a utilização de viaturas municipais para transporte dos/as funcionários/as para as unidades de saúde.-----

-----Prosseguiu, informando que a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no emprego (CITE) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (CIG) manifestaram o seu reconhecimento pela apresentação da candidatura do Município de Góis, recomendando a melhoria de alguns procedimentos com vista à promoção da igualdade de género e uma eventual recandidatura ao Prémio.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.5 – ÁGUAS DO MONDEGO/PARCERIA PARA EXPLORAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MONDEGO & LIS – REFORMULAÇÃO DAS CANDIDATURAS**

- A senhora Presidente informou que na sequência do Protocolo para o estabelecimento das bases de uma Parceria de Estado – Autarquias Locais e da confirmação de intenções recebida de 13 Municípios da região, entre os quais o Município de Góis, a Comissão executiva da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., no passado dia 18.11.10, apreciou o respectivo projecto e deliberou submetê-lo à



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

consideração da tutela para aprovação, tendo em conta serem seus os poderes para obrigar o Estado em projectos desta natureza e os limites ao endividamento que condicionam a sua actividade, tendo o projecto sido de igual modo submetido no dia 24.11.2010 à apreciação do Conselho de Administração da Águas de Portugal SGPS, que confirmou a deliberação da Comissão Executiva.-

-----Prosseguiu informando que o projecto, acompanhado do respectivo estudo de viabilidade económica e financeira relativo ao conjunto de intervenções recentemente discutidas (1ª fase), irá agora ser submetido à apreciação preliminar de Sua Excelência a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, após o que se prevê retomar os respectivos trabalhos de concretização da parceria. Mais informou, que foi, a submissão da reformulação das candidaturas ao POVT, contemplando as intervenções que estão ora consideradas no plano inicial de investimentos de expansão e remodelação de infra-estruturas da Parceria (1ª fase), a qual foi designada com o título “SINDARE dos Municípios do Mondego e Lis – Candidatura 1ª Fase”, apresentada em 19.11.2010, tendo-lhe sido atribuído o código POVR-02-0146-FCOES-000153. Informou ainda, que paralelamente foi submetida em 22.11.2010 a candidatura com a designação “SINDARE dos Municípios do Mondego e Lis – Candidatura 2ª Fase”, tendo-lhe sido atribuído o código POVT-99-9999-POVT-00106, relativa aos investimentos que se admitem realizar numa fase posterior (2ª fase), em conformidade com o estabelecido nas reuniões realizadas com os Municípios envolvidos. Por último, a senhora Presidente apresentou um quadro resumo com os investimentos carregados nessas candidaturas, as respectivas referências e os valores correspondentes a preços de 2009, cuja cópia fiel constitui o Anexo I da presente Acta.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia, referiu que a Empresa Águas do Mondego com esta comunicação pretendeu dar conhecimento de alguns procedimentos articulados com o Município de Góis, parceiro desta Empresa em alguns empreendimentos concelhios, nomeadamente do que diz respeito aos planos de investimento da ETAR de Portela e Ponte do Sótão na freguesia de



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Góis, bem como da ETAR de Vila Nova do Ceira, investimentos que foram aprovados pelos órgãos competentes, aguardando o visto do respectivo Ministério.-----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia que registou com agrado a intenção da Empresa Águas do Mondego de manter a distribuição em baixa.-----

-----A senhora Presidente informou que se o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território não visar as referidas candidaturas, é obvio que a Câmara Municipal terá que estar financeiramente preparada para concretizar esses investimentos, pelo que já acautelou no orçamento para 2011 esta situação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.6 – RECUPERAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURAS DA ALDEIA DO LOURAL – INFRAESTRUTURAS/CONCURSO PÚBLICO URGENTE**

- Sob proposta da senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho de abertura, bem como de todos os actos praticados nas diversas fases processuais até à respectiva adjudicação do concurso público urgente para a recuperação de espaços públicos e infraestruturas da Aldeia do Lortal.-----

### **2.7 – CENTRO DE REFERÊNCIA DA MEMÓRIA GOIENSE/CONCURSO PÚBLICO URGENTE**

- Sob proposta da senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho de abertura, bem como de todos os actos praticados nas diversas fases processuais até à respectiva adjudicação do concurso público urgente para a empreitada do Centro de Referência da Memória Goense.-----

### **2.8 – TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA/AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE PRETENSÃO COM ACTOS ADMINISTRATIVOS**

- Foi presente o ofício do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, datado do dia 03.12.2010, relativo à acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos.-----





## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Presidente informou que pretende dar conhecimento ao Executivo Municipal da *Acção Administrativa Especial de Impugnação de Acto Administrativa* que foi Interposta ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra por um trabalhador do Município de Góis contra o Município de Góis, fundamentada no facto de não se conformar com a decisão de anulação da decisão de transição para a carreira de Técnico Superior. Mais informou que o Senhor Consultor Jurídico do Município foi encarregado de apresentar a correspondente contestação. -----

-----Acrescentou ainda que o acto que o Autor pretende ver impugnado é o Despacho da Presidente da Câmara Municipal de Góis, datado de 10-08-2010, derivado de instruções da Acção Inspectiva que decorreu no Município no corrente ano, que veio anular uma decisão anterior. Mais referiu que assumia inteira responsabilidade na aludida decisão, estando consciente e tranquila em virtude desta ter sido elaborada com base numa informação da Divisão de Recursos Humanos, bem como, no parecer jurídico do Dr. Pedro Pereira Alves.--

-----Referiu ainda, perceber a indignação do trabalhador pela situação causada em torno da sua carreira e os transtornos que esta possa ter causado a vários níveis, referindo que a última coisa que desejava ter feito era de notificar o trabalhador com o conteúdo da aludida participação, tendo de igual modo informado que se o Município não tiver razão seria naturalmente reposto o vencimento e carreira como técnico superior.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que entende como absolutamente legítimo que, quando não nos conformamos com as decisões tomadas, podemos usar os meios adequados ao nosso alcance para repor aquilo que nos parece mais justo. Relativamente à sua participação neste processo, afirmou que presentemente fundamentaria do mesmo modo a informação que consta do processo e que contribuiu para a decisão de transição para a carreira técnica superior recentemente anulada.-----

-----Interveio o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia que teceu alguns considerandos relativamente às novas carreiras, em virtude de



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

presentemente qualquer técnico estar ao mesmo nível da carreira de técnico superior, o que certamente cria algum desconforto entre pessoas com habilitações superiores. -----

-----Relativamente a este processo, informou que pelo contacto tido no anterior Executivo com o trabalhador José Manuel Paiva Marques, pode verificar o seu sentido de responsabilidade, celeridade e zelo profissional nas tarefas que lhe foram sempre imputadas, sendo o seu trabalho equiparado muitas das vezes ao de um técnico superior. Mais referiu, que existindo a possibilidade de alteração de carreira e posicionamento remuneratório do trabalhador, foram nesse sentido, tomadas as legais e devidas diligências, nas quais se inclui o parecer favorável dos serviços competentes, o qual foi por si subscrito e homologado pelo senhor Presidente do Município. Seguidamente fez alusão à intervenção feita pelo senhor Vereador Mário Barata Garcia, na qual alegou que presentemente tomava a mesma decisão, subscrevendo as suas palavras, em virtude de ele próprio entender que emitiria também o mesmo parecer.-----

-----A senhora Presidente informou, que nunca foi posta em causa a competência e a capacidade deste trabalhador, o que se passou é que baseado em pareceres técnicos foi-lhe reconhecida uma competência que posteriormente desencadeou o processo de alteração de carreira e de posição remuneratória, reafirmando que, fruto da acção inspectiva foram dadas indicações para tomar os procedimentos que desencadearam a anulação do acto de transição do Autor para a carreira de Técnico Superior. Referiu ainda, se em sede de Tribunal se verificar que o trabalhador tem razão, com certeza que irá ser reposta a posição da carreira do trabalhador.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, referiu que nunca se pôs em causa o Técnico não possuir habilitações que lhe possibilitassem ficar na carreira de Técnico Superior, uma vez que ele nunca irá ser técnico superior, enquanto não tiver um curso superior, a posição remuneratória é que eventualmente poderá ser equiparada à de um técnico superior.-----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues, referiu que o



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

trabalhador em questão poderá ser um brilhante técnico na área da sua formação e exercer funções inerentes às de um Técnico Superior, dificilmente poderá justificar ser possuidor de habilitações literárias ao nível de um técnico superior.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que relativamente ao presente processo quando é mencionado que o trabalhador não tem formação superior, dever-se-á recorrer ao que está plasmado na sua cédula profissional, passando a citar: “*a capacidade e conhecimentos adquiridos pertencem ao nível superior*”, pelo que considera que quando esta expressão integra uma cédula profissional deverá ser com alguma responsabilidade. Relativamente à competência do trabalhador subscreve as palavras do senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, porque também enquanto Vereadora no anterior Mandato pode aperceber-se que o trabalhador deu provas suficientes da sua competência profissional equiparada à de um técnico superior.-----

-----No que concerne às palavras proferidas pela senhora Presidente quando mencionou estar de consciência tranquila quando notificou o trabalhador, não duvida que naturalmente se alicerçou em pareceres, tal como foi feito pelo anterior Executivo, quando assinou e homologou o despacho para a alteração de carreira e conseqüentemente de posicionamento remuneratório, também o fizeram de consciência tranquila perante os pareceres anexos ao processo, estando perante situações iguais, pelo que caberá ao Tribunal decidir de que lado está a razão.-----

-----A senhora Presidente referiu que a anulação do acto jamais recaiu sobre as competências do trabalhador, o que aliás era totalmente impossível. A anulação do acto recaiu sobre um despacho autorizado no mandato anterior e que enferma de ilegalidade de acordo com o parecer jurídico apresentado pelo Dr. Pedro Pereira Alves. -----

-----Relembrou ainda que este processo emergiu da acção inspectiva ocorrida no Município, da qual foi dado conhecimento ao trabalhador sendo que a decisão tomada foi a que estava plasmada no parecer jurídico. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Por último, referiu que é lamentável esta e outras situações, atendendo aos danos causados aos trabalhadores – materiais e psicológicos. Reafirmando que se o tribunal vier a dar razão ao trabalhador, resta reconhecer que as directrizes recomendadas pela Acção Inspectiva não estavam corretas.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.9 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GÓIS E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DO CEIRA**

- Foi presente o Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Góis e a Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, no âmbito da equipa de limpeza das vias municipais que tem como objectivo a integração de pessoas em situação de desemprego no mercado de trabalho, cuja cópia fiel constitui o Anexo II da presente Acta.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.10 – ADIBER/PROJECTO DE COOPERAÇÃO “COOPERAR EM PORTUGUÊS”**

- Foi presente a comunicação da Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, datada de 23.11.2010, relativa ao Projecto de Cooperação “Cooperar em Português” – Subprograma 3 do PRODER.-----

-----A senhora Presidente informou que a ADIBER, na qualidade de Entidade Gestora do GAL ADIBER/Beira Serra no âmbito do Subprograma 3 do PRODER, tem desenvolvido desde 2002 um conjunto de acções e iniciativas no âmbito do Projecto de Cooperação “Cooperar em Português”, que se consubstanciaram numa parceria estratégica a nível transnacional, com base na aproximação a países de expressão oficial portuguesa e realização de missões empresariais.-----

-----Mais informou, que apesar dos objectivos propostos terem sido alcançados com a concretização deste projecto, surgiu a necessidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito deste projecto de cooperação, pelo que foi elaborada uma candidatura à componente 2 – Cooperação Transnacional do Subprograma 3 do PRODER, sendo que a DUECEIRA – ELOZ assumirá novamente a coordenação deste projecto transnacional enquanto chefe-de-fila e



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

que integra ainda 17 parceiros nacionais, no qual se inclui o Município de Góis e, 17 parceiros transnacionais. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:**-----

### **2.11 – DIAS&NOGUEIRA MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA/INFORMAÇÃO -**

Foi presente o ofício da empresa Dias & Nogueira Mediação de Seguros, Lda, datado do dia 10-12-10, informando o Município de Góis que no próximo ano irão celebrar uma parceria com a Mediadora “A Serrana”, a fim de oferecer aos clientes uma maior diversidade de produtos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

### **2.12 – AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO/PRÉ-ESCOLAR DE**

**GÓIS** - Sob proposta da senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho de abertura, bem como de todos os actos praticados nas diversas fases processuais até à respectiva adjudicação do concurso público de ampliação da Escola Básica do 1º Ciclo/Pré-Escolar de Góis.-----

### **2.13 – INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DIAMANTINO JORGE**

**SIMÕES GARCIA** – O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu estar apreensivo quanto à concessão do Pinhal Interior, nomeadamente no que diz respeito à EN342, reafirmando também a sua preocupação com as obras do Metro-Mondego, referindo que tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Municipal deveriam tomar uma posição relativamente a este assunto, uma vez que entende que o Município de Góis não está suficientemente envolvido nesta causa.-----

-----A senhora Presidente informou o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, que quanto à concessão do Pinhal Interior tudo parece estar a decorrer sem constrangimentos, não havendo informação que contrarie a vontade de concretizar a obra. Quanto às obras do Metro-Mondego informou que o Município de Góis está solidário com os outros Municípios a quem esta linha serve directamente, e o que poderá eventualmente estar a acontecer é que o



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

trabalho realizado neste sentido pelo Município de Góis, não ter a visibilidade que deveria ter. Referiu ainda, que o Município de Góis tem participado em todas as reuniões da CIMPIN, onde constantemente é discutido este assunto, tendo a Câmara Municipal sido um parceiro solidário para com os Municípios na tomada de decisões sobre este assunto, pelo que poder-se-á até afirmar que os parceiros é que se têm esquecido de fazer referência a todos os Municípios que lutam para que as obras do Metro-Mondego sejam concretizadas.-----

-----Por último, referiu que, tal como o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia sugeriu, irá ser elaborada uma proposta relativamente à posição do Executivo quanto às obras do Metro-Mondego, sendo que a mesma após apreciação será remetida à Assembleia Municipal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.14 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE GÓIS**

- A senhora Presidente congratulou-se pelo sucesso das I<sup>as</sup> Jornadas Internacionais ocorridas em Góis e no Município de Oroso, no âmbito do Projecto “Menos Pobreza, Mais Inclusão”, integrado no Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, agradecendo a todos os parceiros envolvidos no êxito desta acção. Agradeceu também, ao Município de Oroso pela excelente parceria neste projecto e pela forma com que acolheu esta iniciativa, numa área de suma importância para estes dois concelhos.-----

-----Mais referiu que, é pretensão do Município de Góis no próximo ano editar um Guia de Boas Práticas, bem como a realização de algumas acções em parceria com Instituições concelhias e, também com o Município de Oroso, no âmbito do Ano Europeu do Voluntariado.-----

-----Seguidamente expressou o seu agradecimento à Associação Cultural e Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Góis, pela excelente organização do Jantar de Natal, realizado no dia 11.12.2010.-----

-----Terminou a sua intervenção, desejando, em nome do Executivo votos de um Feliz Natal e de um Próspero Ano Novo a todos(as) trabalhadores(as) e colaboradores do Município, assim como a todos os Goisenses.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, felicitou a senhora Presidente, pela iniciativa de dar continuidade às acções no âmbito do processo de Geminação com o Município de Oroso, pois como é do conhecimento de todos no ano anterior foram realizadas acções no âmbito da Acção Social e da Protecção Civil, salientando que estas são frutíferas na medida que permitem a troca de experiências a vários níveis, uma vez que os dois Municípios são exemplo da existência de boas práticas, em várias áreas.----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.14 – INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARIA HELENA**

**ANTUNES BARATA MONIZ** - A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz questionou a senhora Presidente sobre a veracidade de a Câmara Municipal ter realizado trabalhos de terraplanagem num terreno particular em S. Paulo, na freguesia de Góis. Questionou ainda, se o Município de Góis é sócio fundador da Fundação “Memória da Beira Serra – A Comarca de Arganil”. -----

-----Terminou a sua intervenção desejando a todo Executivo, trabalhadores e colaboradores do Município de Góis e de todas as Instituições do Concelho, bem como a todos os Goienses, votos de Feliz Natal e de Próspero Ano Novo.-----

----O senhor Vereador Mário Barata Garcia informou a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz que o Município de Góis, colaborou com o empresário Rui Ramos na terraplanagem do terreno onde usualmente tem as viaturas da sua empresa, tendo sido colocado naquele espaço entulho provindo das obras da Casa Municipal da Cultura. Informou ainda, que é prática da Câmara Municipal sempre que algum empresário solicite ajuda nesta área disponibilizar os meios necessários, numa acção de apoio ao empreendedorismo no concelho.-----

-----A senhora Presidente informou, que a colaboração com esta Empresa e com outras do concelho é o contributo do Município de Góis à iniciativa privada, sendo entendimento do Executivo prestar este tipo de apoio e outros dentro das possibilidades da Câmara Municipal, num acto de cooperação com o tecido



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

empresarial radicado no concelho, o qual como contribui em muito para o desenvolvimento da economia local e na criação emprego.-----

-----Mais referiu, que este tipo de colaboração/cooperação não é inédito neste executivo, pois como é do conhecimento geral, executivos anteriores já vinham a prestar esta colaboração.-----

-----Relativamente à Fundação “Memória da Beira Serra – A Comarca de Arganil”, cuja Entidade promotora é a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, informou que escritura foi celebrada no passado dia 06.12.10 e pretende pôr nas bancas, até ao final do ano uma edição especial, prevendo-se a sua publicação regular a partir de Janeiro do próximo ano. Informou ainda, que este assunto foi presente na reunião do Executivo, e que o convite para sócio fundador foi dirigido à Presidente da Câmara, a título pessoal, e não ao Município de Góis.----

-----Mais informou, que enquanto cidadã, declinou o convite, pois a experiencia do passado enquanto associada e voluntária, acarretou graves consequências e prejuízos, pessoais e materiais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----**

**3.1 – RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia treze de Dezembro do ano em curso, no montante de um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, duzentos e vinte e sete euros e dezasseis cêntimos.-----

**3.2 – PAGAMENTOS** – A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos, relativos ao ano de dois mil e dez, constantes nas ordens número dois mil quatrocentos e setenta e um à dois mil seiscentos e quarenta e quatro, no montante de setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e cinco euros e noventa cêntimos.-----

**3.3 – REQUISIÇÕES** – A Câmara tomou conhecimento das requisições emitidas desde a última reunião até à presente data.-----

**3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES** – A Câmara tomou





## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

conhecimento de que foram emitidas as seguintes licenças de obras particulares:-----

-----a) Número trinta e um, relativa a Gracinda Maria Matias Fonseca, Fonte dos Sapos – Alvares.-----

-----b) Número trinta e dois, relativa a António Manuel Alves de Almeida, Corterredor – Colmeal.-----

-----A Câmara tomou igualmente conhecimento de que foram emitidas as seguintes autorizações de utilização:-----

-----a) Número trinta e sete, relativa a Maria Amélia Rosa Batista Almeida, Algares – Alvares.-----

-----b) Número trinta e oito, relativa a Francisco Rafael, Casal de Baixo – Chã de Alvares – Alvares.-----

-----c) Número trinta e nove, relativa a Alzira Santos Fernandes França e Filhos – Inviando, Vila Nova do Ceira.-----

-----d) Número quarenta, relativa a Maria da Graça Ferreira Francisco - Carapinhal, Vila Nova do Ceira.-----

### **3.5 - DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - A**

senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências de capital, datado do dia catorze de Dezembro do ano em curso.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as transferências de capital, no montante de três mil e quinhentos euros, constante no Anexo III, cuja cópia fiel fica a constituir parte integrante da presente Acta.-----

### **3.6 - DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES –**

A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia catorze de Dezembro do ano em curso.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as transferências de correntes, no montante de quarenta e sete mil euros, constante no Anexo IV, cuja cópia fiel fica a constituir parte integrante da presente Acta.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

### **3.7 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO) –**

Foi presente a proposta de Orçamento e Grandes Opções para o ano Financeiro de 2011, cuja cópia fiel constitui o Anexo V da presente Acta.-----

-----A senhora Presidente referiu que o ano de 2011 assinala o início de uma nova década do séc. XXI e representa para o Município de Góis o segundo ano de Mandato Autárquico do Executivo eleito a 11 de Outubro de 2009, cujo lema “Renovar a Esperança, Confiar no Futuro”, continuará a ser a base norteadora das opções políticas municipais, prosseguindo com um trabalho rigoroso de implementação de novos paradigmas para o desenvolvimento do Concelho de Góis.-----

-----Prosseguiu, referindo que o Orçamento e as Grandes opções ao Plano foram elaborados nos termos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL) ratificado pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro (1ª alteração do POCAL), Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro (alteração ao POCAL), Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 2 de Abril (alteração ao POCAL “Regras Previsionais”) e pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro (“Determina que as receitas e despesas publicas passem a reger-se por códigos de classificação orgânica, funcional e económica”), bem como, a LVCR Lei nº 12-A/2008, relativa ao orçamento de pessoal, constituem documentos previsionais de gestão, de importância vital na Administração Municipal. Cabe por isso à Câmara Municipal a responsabilidade pela elaboração das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento e submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais referiu, que ao assumirmos as responsabilidades autárquicas que nos foram confiadas, comprometemo-nos a colocar ao serviço de todos os Municípes o nosso saber e todo o nosso empenho na execução de um programa autárquico que visa responder às necessidades mais prementes que ainda se fazem sentir no nosso Concelho, sem deixar de concretizar a ambição, que nos é legítima, de



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

podermos beneficiar de um nível de desenvolvimento condicente com as nossas expectativas.-----

-----Referiu ainda, que é a continuação deste trabalho que nos propomos fazer em 2011, na convicção de que o Plano e Orçamento propostos foram elaborados com base nos princípios e valores que norteiam a nossa acção e nas linhas programáticas que foram validadas pelos Goienses em Outubro de 2009. Apesar do contexto nacional actual, que implicará uma redução nas transferências da Administração Central, nos obrigar a um esforço adicional de priorizar as intervenções que pretendemos concretizar no Concelho de Góis, tal não significará que o investimento essencial para o seu futuro seja adiado ou abandonado. Antes pelo contrário.-----

-----A nossa determinação e empenho serão redobrados, no sentido de sermos capazes de fazer mais e melhor com os recursos que teremos disponíveis para o que será fundamental a sua rentabilização. Para que tal venha a ser alcançado, será concedida uma maior atenção à organização interna dos serviços municipais, cujos níveis de produtividade deverão necessariamente aumentar, objectivo que será alcançado não só pela melhoria das condições físicas dos serviços, cujo funcionamento está de novo centralizado no edifício dos Paços do Concelho recentemente remodelado, mas também pela promoção do investimento na formação e qualificação de todos os trabalhadores, num processo de reforço das suas competências e capacidades, que resultará na maior motivação para o exercício das suas funções. O custo previsto de mais de 3 milhões de euros em despesas com pessoal tem necessariamente de ser optimizado em benefício das populações do Concelho de Góis. Este é um exemplo de que para nós as pessoas e os seus problemas continuarão no topo das nossas preocupações.-----

-----Prosseguiu, referindo que é nos períodos em que a escassez de meios se faz sentir de modo mais evidente que há necessidade dos Organismos Públicos estarem aptos a dar respostas céleres aos problemas identificados, pelo que a aposta na qualidade de vida dos Goienses será uma realidade em 2011



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

traduzida, entre outras acções, na continuação do apoio às Instituições locais que pugnam pelo combate à pobreza e à exclusão social, fazendo com que Góis seja cada vez mais uma sociedade em que todos os cidadãos tenham acesso aos seus direitos básicos e em que a igualdade de oportunidades seja uma realidade. Este apoio decorre igualmente do sentimento que temos de que o progresso só é possível com a participação activa dos vários parceiros locais e da sociedade civil em geral, num processo de partilha de responsabilidades que recairá sobre todos os agentes locais e de promoção do exercício da cidadania. Queremos que este também seja o contributo do Município de Góis para o Ano Europeu do Voluntariado que se assinala em 2011, dando condições a quem de forma desinteressada e com menos recursos é capaz de realizar um trabalho meritório e altamente qualificado em benefício das populações, “desresponsabilizando” os poderes públicos por acções para as quais muitas vezes não estão devidamente preparados.-----

-----Com a implementação do Pacto Territorial para o Emprego no Concelho de Góis, iniciativa liderada pelo Município, será dada resposta imediata aos problemas sociais prioritários, ao mesmo tempo que se pretende exercitar a capacidade empreendedora dos beneficiários de modo a criarem os seus próprios postos de trabalho, no que se traduz numa política activa de promoção do emprego local, através da valorização do potencial endógeno aqui instalado.--

-----Conscientes de que o desenvolvimento é transversal e que é fundamental criar um equilíbrio entre o investimento imaterial e a realização de obras físicas, o ano 2011 será marcado pela concretização de várias iniciativas, já iniciadas ou cujo lançamento decorrerá brevemente, que implicam um esforço financeiro de cerca de 5,5 milhões de euros. O reforço e a melhoria do abastecimento de água em vários aglomerados urbanos do Concelho, particularmente em Góis e na Freguesia de Vila Nova do Ceira, enquanto bem de primeira necessidade, a requalificação dos espaços de utilização colectiva da Aldeia do Lournal que irá receber um importante investimento privado, o Centro de Referência da Memória Goiense, as infra-estruturas do projecto turístico promovido pela NatureSanus



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

S.A., a requalificação do Campo de Futebol Eng<sup>o</sup> Nogueira Pereira, a Casa Municipal da Cultura de Goiás, são alguns dos exemplos da atenção que iremos dispensar à promoção do desenvolvimento económico, social, cultural e desportivo do Concelho, aproximando-o dos indicadores das regiões mais prósperas do País. A estes investimentos, acrescem a intervenção no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Goiás e nas instalações da Secção de Alvares, sem esquecer a conclusão da circular externa do Carvalhal dos Pombos, a circular externa de Cortes (Radial), na Freguesia de Alvares, o Parque Municipal, o Ecomercado, para além de outros investimentos em todas as Freguesias do Concelho de Goiás.-----

-----Na área da floresta, enquanto potencial endógeno que urge revalorizar, estão também previstos um conjunto de meios financeiros para florestação e reflorestação, o apoio incondicional às 2 ZIF's e um ciclo de iniciativas comemorativas do Ano Internacional da Floresta.-----

-----Compete-nos salientar que a qualidade dos projectos que têm sido apresentados, o acompanhamento das oportunidades que vão surgindo, conjugados com o princípio de solidariedade que tem caracterizado o relacionamento do Governo com o Município de Goiás, tem resultado na aprovação de todas as propostas que têm sido apresentadas aos vários programas comunitários e nacionais que estão em vigor, de que resultam significativos financiamentos, que vêm reforçar a capacidade local de executar e concretizar os projectos que os Goianos há muito ansiavam.-----

-----Empenhamo-nos permanentemente para que esta capacidade de inovação e de encontrar novas soluções para a resolução dos problemas locais, se venha a constituir como a principal referência do actual Executivo Municipal. Mais do que lamentarmos as dificuldades do dia-a-dia, queremos ultrapassá-las e ter o talento de as transformar em oportunidades que resultem num maior bem-estar para as populações do nosso Concelho.-----

-----Fazemos votos que fruto deste Plano e Orçamento, elaborados dentro do rigor e realismo possíveis, estejamos no final de 2011 com um sentimento de



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

dever cumprido porque demos mais um importante passo no caminho da modernidade e do progresso que o Concelho de Góis e os Goienses merecem.--

-----A senhora Presidente informou ainda, no que respeita às principais receitas, para além das provenientes da Administração Central, o Município conta com as receitas resultantes dos impostos directos (IMI, IMT, IUC), das prestações de serviços, das taxas, multas e outras penalidades, empréstimos, transferências de fundos comunitários, rendimentos de propriedade (ex: Parques Eólicos, Renda da Concessão da EDP), entre outras.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, em seu nome e da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, referiu que relativamente às Grandes Opções do Plano irão votar favoravelmente, uma vez que continuam a estar contempladas as principais obras que parecem essenciais para o desenvolvimento do concelho.-----

-----Referiu ainda, que regista-se o facto, tal como tínhamos previsto há um ano, obras como a Ponte de Milreu ou a Praia Fluvial do Soito, aparecem agora apenas com uma verba residual e apenas para manter a “chama acesa”.-----

-----Quanto ao Orçamento referiu, já não podem dizer o mesmo. De facto, e, na nossa opinião, ele não reflecte a crise que estamos a atravessar. Se, em 2010 referimos que as receitas estavam fracamente empoladas, o que foi admitido pela senhora Presidente, este ano o empolamento é ainda maior. Repare-se que iremos ter um corte nas transferências do Estado cerca de 350.000,00 € e, mesmo assim, conseguimos apresentar uma previsão de receita superior à do ano passado em 1.600.000 €.-----

-----Claro que esta engenharia financeira possibilitou a apresentação do mesmo valor da despesa. De facto, referiu que, há rubricas que disparam a nível de receita de uma forma exponencial. Referiu ainda, se a Estrutura da despesa nos mostra que as maiores fatias se situam nas despesas com pessoal (24%) e aquisição de bens de capital (53%) mandaria o bom senso que se previssem restrições nesses grandes grupos. Mas, não é isso que acontece. Por exemplo, as despesas com pessoal da Assembleia Municipal aumentam cerca de 50%



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

notando-se igualmente um aumento enorme na verba do Trabalho extraordinário (mais de 44%). Mais referiu, que se estranha, o facto de estarem previstas verbas para alterações de posicionamento remuneratório e mesmo de atribuição de prémios de desempenho já vedados à Função Pública e que não acreditamos não o sejam à Administração Autárquica. No que respeita à aquisição de bens de capital a verba de 5.096.200 € que, conforme é referido aumenta 65% face ao montante corrigido de 2010, não se percebe o que engloba o que também transparece no documento quando destaca “a dotação definida de uma forma genérica com edifícios (4.101.500€) onde se incluem as intervenções em edifícios de serviços, de instalações desportivas e recreativas e mercados.-----

-----Por último, referiu que parece-lhes um orçamento que não tem minimamente em conta a crise que atravessamos e que vai agudizar-se em 2011. Mais referiu, que não se vislumbra qualquer tentativa para reduzir os custos, nem mesmo de funcionamento, pelo que prevemos o seu difícil ou mesmo impossível cumprimento, tanto mais que é alicerçado numa previsão de receitas extremamente empolada.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia finalizou a sua intervenção referindo, que o sentido de voto dos Vereadores do PSD, será de abstenção no que concerne ao Orçamento para o ano financeiro de 2011 e favorável às Grandes Opções ao Plano. -----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu, que como estamos perante um orçamento que viu reduzida a transferência do Orçamento Geral do Estado, obriga-nos a dar uma particular atenção à máxima rentabilização dos recursos disponíveis e à ambição de aproveitar ao máximo as oportunidades que nos deparam de melhorar a qualidade de vida da nossa população.-----

-----Deste Orçamento e Plano, importa destacar a parte que é ainda continuidade dos orçamentos anteriores, como são os avultados investimentos canalizados para a cultura e desporto como o da construção da Casa Municipal da Cultura de Góis e o da requalificação do Campo de Futebol Engº Augusto Nogueira Pereira. Além destes, ainda valerá a pena destacar a conclusão do programa de melhoria



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

das condições de funcionamento dos serviços municipais com a construção do Parque de Logística Municipal, e o investimento na melhoria da qualidade da água do Sistema de Vila Nova do Ceira com a construção da respectiva captação a montante da ETAR de Góis. A nível económico não se pode omitir a construção do Mercado Municipal e os investimentos a fazer nos parques industriais do concelho.-----

-----Trata-se portanto, de um orçamento que apoia o desenvolvimento do concelho, embora ainda não vá tão longe quanto desejaríamos na aposta forte em dinamizar a criação de emprego e os incentivos à produção através da exploração dos recursos endógenos naturais que estão na moda, como as energias renováveis, pedreiras, e floresta ou as ancestrais como a pastorícia e a agricultura biológica.-----

-----Contudo, é um orçamento que cumpre bem a ambição deste Executivo em desenvolver o concelho de Góis. Mas sabemos que para isso é necessário, mesmo fundamental, que a Administração Central cumpra a sua parte, designadamente com a construção da variante à EN342, com os investimentos já planeados das Águas do Mondego ou até com o Metro Mondego a chegar o mais perto possível do nosso concelho e que o sector empresarial privado cumpra o que está planeado com o projecto da Nature-Sanus, Turismo, S.A., a construção do Lar da Cabreira e o ambicioso projecto da Cooperativa de Vila Nova do Ceira, sem esquecer que é muito importante que os industriais e comerciantes e prestadores de serviços já instalados se mantenham e que cresçam a sua laboração.-----

-----Para concluir, referiu ainda que com este Orçamento e Plano o concelho de Góis poderá ver elevado o seu padrão de qualidade de vida e inverter a tendência que se tem vindo a verificar de estar cada vez mais afastado dos seus concelhos vizinhos mais desenvolvidos.-----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que o Orçamento para 2011, poderá reflectir alguns condicionantes impostos pela actual crise económica, uma vez que a conjuntura económica impôs ao





## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

orçamento de estado uma redução de transferência para o Município.-----

-----Mais referiu, que estamos perante um Orçamento a que não falta a coragem suficiente para por um lado, manter o nível de investimentos apreciável no valor de 5.500 milhões de euros estruturantes para o Concelho que não deixarão de constituir um tónico muito importante para a economia do concelho e, por outro lado, não deixa de atender às carências sociais que a crise internacional tem agravado. Referiu ainda, que o Orçamento procura ser assim um compromisso entre o desejável e o possível, o qual vai contudo, exigir do Executivo um esforço adicional de monitorização na sua execução acompanhando sobretudo, o evoluir da conjuntura económica para atender com eficiência e eficácia a eventuais agravamentos junto dos munícipes. E, porque ao Município compete dar o exemplo, este Orçamento prevê as iniciativas essenciais para tornar visível e atractiva a imagem da nossa Terra e estimular, por essa via, a captação de investimentos e do interesse junto dos empresários privados no sentido de levar a fixar unidades produtivas no nosso concelho. Pelas razões expostas, o seu sentido de voto aos documentos previsionais para o ano financeiro de 2011 será favorável.-----

-----A senhora Presidente informou os senhores Vereadores do PSD, que contrariamente ao que foi afirmado, os investimentos dirigidos à Praia Fluvial do Soito e a Ponte do Milreu não deixaram de serem importantes para o Município em matéria de orçamento. O que se verifica é que se impõe a priorização dos investimentos a realizar em 2011, não significando que os que surgem com menores valores, não sejam implementados, contando para tal com a parceria das entidades privadas, como é o caso da Comissão de Melhoramentos do Soito. Quanto à Ponte de Milreu, os Executivos anteriores prometeram e não cumpriram e nessa altura não havia qualquer crise. O que se pretende em 2011 é definitivamente protocolar o investimento com o Município de Pedrógão Grande e, tentar em conjunto, um financiamento. Não há necessidade de uma grande ponte; mas há necessidade de ligar os dois concelhos através de uma infraestrutura que permita a circulação de pessoas e veículos ligeiros.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Relativamente à abstenção dos senhores Vereadores do PSD no que concerne ao Orçamento para 2011, tendo como fundamentação que o mesmo não foi elaborado face à crise financeira e económica que o País atravessa, referiu não subscrever a posição dos senhores Vereadores, uma vez que este Executivo tem como princípio elementar não endividar mais o Município, sendo nossa preocupação no ano de 2011 fazer obra, executar os empréstimos contraídos sempre no pleno respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.-----

-----A senhora Presidente referiu que os comentários tecidos pelo senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia e subscritos pela senhora Vereadora relativamente ao orçamento, não correspondem ao que está plasmado nos documentos, solicitando à Dr<sup>a</sup>. Sara Mendes, Coordenadora da DAF, que explicasse os valores e percentagens de forma a clarificar o assunto.-----

-----A senhora Dr<sup>a</sup>. Sara Mendes informou que relativamente às transferências provenientes do Orçamento de Estado para 2011, comparativamente com as previstas no Orçamento de Estado de 2010 estas decresceram cerca de 450.000 € e comparativamente ao denominado PEC II (Programa de Estabilidade e Crescimento) sofreram uma redução de cerca de 260.000 €. Mais informou que o aumento da verba do trabalho extraordinário vem na sequência do cumprimento de uma imposição legal (Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas) que não permite, salvo as excepções previstas, o gozo do trabalho extraordinário em tempo, pelo que o mesmo tem de ser pago.-----

-----No que respeita ao aumento do orçamento da Assembleia Municipal informou que a elaboração do mesmo é da exclusiva responsabilidade daquele Órgão, pelo que a Câmara Municipal apenas procede à sua inclusão no Orçamento Municipal.-----

-----Relativamente ao aumento da aquisição de bens de capital, informou que o aumento se justifica pelos projectos constantes do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), uma vez que a rubrica em causa é a que transpõe, do PPI para o Orçamento, os projectos relacionados com investimento municipal em bens de domínio privado do Município, nos quais está incluído o valor de



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

4.101.500 € com edifícios que contempla a dotação prevista no PPI dos projectos do Mercado Municipal, do Campo de Futebol Eng. Augusto Nogueira Pereira, da ampliação da Escola Básica 1º Ciclo/Pré-Escolar de Góis, da construção da Casa Municipal da Cultura e da construção do Parque Municipal.--

-----Por último, fez uma breve explicação ao referido emolumento de algumas rubricas da receita, nomeadamente no que respeita às receitas relacionadas com os impostos municipais, impostos directos, as taxas, multas e outras penalidades e a venda de bens e a prestação de serviços. Sobre esta matéria referiu que as mesmas se encontram dotadas tendo em consideração o estreito cumprimento das regras previsionais do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que estabelece que o valor a considerar deve ser o correspondente à média simples da cobrança dos últimos 24 meses. Esclareceu ainda, que deve ser contemplada a receita proveniente de empréstimos no pleno cumprimento do estabelecido nas regras previsionais, isto é, apenas foram considerados empréstimos que já se encontram contratados junto de instituições financeiras.-----

-----A senhora Presidente referiu, que após os esclarecimentos dados pela Drª. Sara Mendes, os números devem ser lidos e interpretados de maneira diferente. É um facto que a despesa aumenta, mas também o Município conta com outras receitas, como é o caso do recente Protocolo proposto por uma empresa de Energia Eólica o qual se consubstancia numa receita para o ano de 2011, que ascende a duzentos mil euros.-----

-----Mais referiu que há várias formas de elaborar os documentos previsionais e a metodologia mais “confortável” era apresentar apenas obras que transitam para 2011; que têm financiamento garantido e, seguramente, no final do ano apresentávamos uma taxa de execução superior a 90%. Contudo, a maioria socialista optou pelo caminho mais difícil mas que se constitui como um grande desafio, o qual se traduz em concretizar os investimentos que se iniciaram em 2010 e transitam para 2011 e, ao mesmo tempo, propor novas obras, que se constituem também como promotoras de um desenvolvimento harmonioso de



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

todo o concelho. Acresce a tudo isto, o facto de existirem empréstimos contratualizados que têm de ser executados, sob pena de se perderem grandes oportunidades para o Concelho, pois as oportunidades em matéria de mercado financeiro serão muito mais limitadas no próximo ano.-----

-----Referiu também, que há outras Acções que vão ser implementadas como é o caso da criação do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, enquanto serviço público, dirigido a todas as instituições, municipais e potenciais investidores, cujo objectivo principal é estimular a iniciativa privada na apresentação de Projectos de candidatura aos fundos comunitários e nacionais, assim como apoiar as instituições de direito público, como é o caso das Juntas de Freguesia.-----

-----Referiu ainda, que os documentos previsionais são da responsabilidade da maioria socialista que integra o Executivo municipal, a qual não deixou de chamar à participação os senhores Vereadores do PSD, a mesa da Assembleia Municipal, os líderes das três bancadas com assento na Assembleia Municipal e todos os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho. Tal como no ano de 2009, é um Orçamento e Plano participado, apesar de não ter sido realizada a reunião "Plenária" com todas as Instituições do Concelho, à semelhança de 2009. Contudo, ao longo de todo o ano houve um contacto sistemático e próximo de todas as colectividades e demais organizações concelhias e com a Casa do Concelho de Góis, situação que tornou possível conhecer as necessidades e preocupações das populações e de todo o movimento regionalista.-----

-----Mais referiu, que está acautelada uma verba significativa para apoiar as Instituições, em função dos Projectos e das dificuldades que apresentem.-----

-----Por último deixou uma palavra de agradecimento às Coordenadoras das diferentes Divisões (DAF, DOUA, DSCE) agradecimento extensivo a todos os trabalhadores da Câmara Municipal que deram os seus contributos e colaboraram na elaboração dos documentos previsionais, reconhecendo que o trabalho maior é naturalmente da Divisão Administrativa e Financeira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, do senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia e



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar a proposta de Orçamento para o Ano Financeiro de 2011.-----

-----Mais deliberou por unanimidade aprovar a proposta às Grandes Opções do Plano para o Ano Financeiro de 2011..-----

-----Deliberou ainda por unanimidade remeter os presentes documentos à Assembleia Municipal para deliberação.-----

**3.8 - MAPA DE PESSOAL/ANO 2011** – Foi presente a proposta do Mapa de Pessoal para o Ano de 2011, cuja cópia fiel constitui o Anexo VI da presente Acta.-----

-----A senhora Presidente informou que com a entrada em vigor do novo regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas (aprovado pela Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril e 34/2010, de 2 de Setembro - LVCR), passa a ser de elaboração obrigatória uma planificação da actividade e dos recursos do Município. Em termos de recursos humanos essa planificação passa por ser elaborado um Mapa de Pessoal (artigo 4º) que vem substituir o antigo Quadro de Pessoal (nºs 7 e 8 do artigo 117º). Esse Mapa contém a indicação do número de postos de trabalho de que o Município necessita para o desenvolvimento das actividades contempladas tanto no Orçamento Municipal como nas Grandes Opções do Plano (artigo 5º).-----

-----Mais informou, que o Mapa de Pessoal dos serviços abrangidos pela LVCR, entre os quais se encontra o Município de Góis, será o que vier a ser aprovado pela Assembleia Municipal, entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, aquando da elaboração do orçamento para 2011, nos termos do disposto nos artigos 4º e 5º da Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro.-----

-----Prosseguiu, referindo que nos termos do artigo 5º da LVCR, os Mapas de Pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de que o Órgão ou Serviço carece para o desenvolvimento das respectivas actividades, caracterizados em função:-----

-----1. Da atribuição, competência ou actividade que o seu ocupante se destina a



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

cumprir ou a executar;-----

-----2. Do cargo ou da carreira e categoria que lhe correspondam;-----

-----3. Dentro de cada carreira e ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular”.-----

-----Mais informou, que os postos de trabalho pressupõem um conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objectivo laboral predeterminado, com aptidões, exigências e responsabilidades específicas, tendo em conta a unidade orgânica em que estão inseridos. As funções a desempenhar pelos trabalhadores, são assim determinadas por um conjunto de tarefas integradas em postos de trabalho inseridos em unidades de trabalho diferenciadas, com características semelhantes quanto a aptidões, exigências e responsabilidades inerentes à concretização das referidas tarefas, ainda que variem os meios e algumas condições gerais, ambientais ou de organização. A actividade que cada trabalhador exerce, não prejudica o exercício de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada, mesmo que não descritas, no conteúdo funcional das carreiras gerais (Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional) ou das carreiras subsistentes (Informática, Fiscal Municipal e Fiscal de Leituras e Cobranças), que resulta do anexo à LVCR, ou das atribuições, competência ou actividade do posto de trabalho, nomeadamente sempre que a execução de tarefas inerentes a cada uma das actividades, implique deslocações em serviço, deverão ser asseguradas pelo próprio trabalhador, desde que esteja habilitado com carta de condução.-----

-----Seguidamente deu conhecimento do Mapa de Pessoal, o qual plasma o número dos postos de trabalho existentes e a criar, indicando ainda o tipo de relação jurídica de emprego público, sendo que a caracterização do respectivo posto de trabalho está descrito no Anexo I do mesmo.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, solicitou informação sobre o cargo de Coordenador de Núcleo no Núcleo dos Serviços Externos, tendo sido devidamente esclarecido pela senhora Presidente. Seguidamente o



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

senhor Vereador mencionou a sua apreensão pelo facto de para o ano de 2011 estar prevista a criação de mais 37 lugares no Mapa de Pessoal.-----

-----A senhora Presidente informou que os lugares plasmados neste documento são previsões em função das necessidades da Câmara Municipal, não significando que estes irão ser preenchidos. Referiu ainda, que estão previstos 37 lugares, mas poderiam ser bem mais, uma vez que em matéria de educação muito dos colaboradores das Escolas do concelho, estão ao serviço fruto de protocolos celebrados com Instituições concelhias, sem terem qualquer relação jurídica de emprego com o Município.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu, que no seu entendimento uma das formas de reduzir as despesas no orçamento para o ano de 2011, era reduzir as despesas com o Pessoal, pelo que a criação de 37 postos de trabalho, irá elevar essas mesmas despesas. Contudo, se a criação desses novos postos de trabalho for para finalizar com algumas parceiras existentes, assumindo o Município esse compromisso, concorda inteiramente com esses 37 lugares. Caso não se venha a verificar esta situação, é seu entendimento que a aposta deveria passar pela reorganização dos serviços e não pela abertura de mais 37 postos de trabalho.-----

-----A senhora Presidente informou que para a maioria socialista o investimento nas pessoas e na contratação de pessoal não representa unicamente uma despesa, mas sim uma vontade expressa de melhorar o funcionamento da Instituição que é a Câmara Municipal de Góis alertando para o facto de não se poder confundir criação líquida de postos de trabalho com previsão do número de pessoas a contratar para 2011.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar a proposta de Mapa de Pessoal para o Ano de 2011.-----

-----Mais deliberou por maioria remeter os presentes documentos à Assembleia Municipal para deliberação.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

**3.9 - ORÇAMENTAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL/ANO DE 2011-** Foi presente a proposta de Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal para o ano de 2011, a qual constitui o Anexo VII da presente Acta.-----

-----De acordo com a legislação em vigor, patente no presente documento, a senhora Presidente propôs ao Executivo que delibere o seguinte:-----

-----1) Recrutamento de trabalhadores para ocupação de novos postos de trabalho - Para efeitos da alínea a) do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº209/2009, propõe-se a afectação do montante máximo de 251.058,35 € para recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados, de acordo com o Mapa de Pessoal aprovado, repartido pelas seguintes carreiras e categorias:-----

Cargo / Carreira	Categoria	Valor
Dirigente	Chefe de Divisão	26.138,40 €
	Coordenador de Núcleo	29.511,56 €
Técnica Superior	Técnica Superior	42.545,44 €
Assistente Técnica	Coordenador Técnico	10.349,91 €
	Assistente Técnica	45.591,03 €
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	33.504,00 €
	Assistente Operacional	60.515,60 €
Carreiras subsistentes		2.902,41 €

-----2) Alterações de Posicionamento Remuneratório - Tendo em conta os requisitos previstos nos termos dos nºs 1 a 5 do artigo 47º da Lei nº12-A/2008 e as disponibilidades orçamentais existentes, considera-se extremamente importante que no decurso da gestão dos recursos humanos, o Município de Góis recorra a este mecanismo gestor que esta Lei faculta, tendo em vista reconhecer o esforço e empenho dos trabalhadores que, no universo de todas as carreiras e categorias, proporcionalmente consideradas, reúnam os requisitos legais para este efeito.-----

-----Assim e para efeitos da alínea b) do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei





## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

nº209/2009, propõe-se uma afectação máxima de 20.000,00 € para alterações de posicionamento remuneratório facultativo na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, repartido pelas seguintes carreiras e categorias:-----

<b>Carreira</b>	<b>Categoria</b>	<b>Valor</b>
Técnica Superior	Técnica Superior	3.500,00 €
Assistente Técnica	Coordenador Técnico	1.500,00 €
	Assistente Técnica	5.000,00 €
Assistente Operacional	Assistente Operacional	10.000,00 €

-----A senhora Presidente informou que, as alterações de posicionamento remuneratório das carreiras subsistentes far-se-ão pela integração destas nas carreiras acima indicadas, tendo em conta o grau de complexidade das mesmas. No caso de se verificar que em alguma das carreiras fica um saldo, o remanescente é repartido pelas restantes categorias proporcionalmente ao montante inicialmente considerado.-----

-----3) Prémios de desempenho - Para efeitos da alínea c) do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº209/2009, propõe-se a afectação do montante máximo de 15.000,00 € para a atribuição de prémios de desempenho. Considerando o contributo prestado por todos os efectivos no ano transacto para a prossecução das atribuições e competências do Município de Góis, os prémios são atribuídos tendo em conta o universo de todas as carreiras e categorias, proporcionalmente consideradas, no caso dos trabalhadores, e o universo de todos os dirigentes de nível intermédio.-----

<b>Cargo / Carreira</b>	<b>Categoria</b>	<b>Valor</b>
Técnica Superior	Técnica Superior	4.300,00 €
Assistente Técnica	Coordenador Técnico	1.400,00 €
	Assistente Técnica	2.500,00 €
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	900,00 €
	Assistente Operacional	5.900,00 €



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Presidente referiu, que as alterações de posicionamento remuneratório das carreiras subsistentes far-se-ão pela integração destas nas carreiras acima indicadas, tendo em conta o grau de complexidade das mesmas. Considerando que a categoria de Assistente Operacional é a que integra maior número de trabalhadores, o remanescente do valor atribuído em outras categorias, caso exista, reverte para essa categoria, salvo se se verificar que o saldo se regista em carreira que detenha duas categorias. Neste caso o remanescente reverte para a outra categoria e só depois para a categoria de Assistente Operacional.-----

-----5) Critérios de desempate - Caso seja necessário proceder a desempate entre trabalhadores ou dirigentes que tenham a mesma classificação final na avaliação do desempenho, serão observados os critérios do artigo 84º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro.-----

-----Por último, a senhora Presidente, propôs que a deliberação ora tomada pelo Órgão Executivo sobre esta matéria, seja divulgada nos termos e meios definidos no nº5 do artigo 46º da Lei nº12-A/2008 (afixação em local próprio no Município e inserção na página electrónica do Município).-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu, que irá abster-se na votação deste assunto, uma vez que é seu entendimento que o conteúdo do presente documento será de difícil concretização. -----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que irá abster-se na votação deste assunto, porque parece-lhe que “Góis pretende ser um segundo Açores”, uma vez que num ano em que irão existir restrições, o Município de Góis irá atribuir compensações. -----

-----A senhora Presidente referiu que tem uma admiração especial pelo Presidente do Governo Autónomo dos Açores, mas a comparação feita pela Sra. Vereadora é deveras exagerada, pois o Município de Góis tem uma situação de equilíbrio financeiro, tem sustentação económica para garantir prémios de desempenho e tem de facto necessidade de contratar pessoal para melhor responder às necessidades do serviço, recordando que nos últimos anos foram



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

vários os trabalhadores que entraram em situação de aposentação. Terminou, referindo que os trabalhadores têm de alguma forma ver o seu trabalho compensado, particularmente aqueles que se distinguem pelo seu profissionalismo e dedicação. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, do senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia e a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar a proposta de Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal para o ano de 2011.-----

**4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: FALTAS, ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR; RECUPERAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURAS DA ALDEIA DO LOURAL – INFRAESTRUTURAS/CONCURSO PÚBLICO URGENTE; CENTRO DE REFERÊNCIA DA MEMÓRIA GOIENSE/CONCURSO PÚBLICO URGENTE; AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO/PRÉ-ESCOLAR DE GÓIS RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA; PAGAMENTOS; REQUISIÇÕES; LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES; DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL; DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES; DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO); MAPA DE PESSOAL/ANO 2011; ORÇAMENTAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS COM PESSOAL/ANO DE 2011.-----**

-----E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas catorze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, sob a responsabilidade da Secretária. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_